

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI, EM CODÓ/MA

João Victor Silva Chagas ¹
Milena Salazar Queiroz ²
Maria de Jesus Amorim Almeida ³
Carla Vitória dos Reis Soares ⁴
Tercilia Maria da Cruz Silva ⁵

RESUMO

A inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) é um tema fundamental nas questões sobre direitos humanos e igualdade social, sobretudo no âmbito educacional. Este trabalho traz análises sobre Educação Especial na perspectiva inclusiva, destacando as contribuições da Associação Pestalozzi, que tem atuado com vistas o atendimento educacional especializado no município de Codó, estado do Maranhão. A metodologia empregada envolve uma abordagem qualitativa, por meio de entrevistas realizadas com profissionais da instituição com o objetivo de compreender como é realizado o atendimento de pessoas com deficiência em uma perspectiva de inclusão social e educativa, além de estudos teóricos, fundamentados por Mantoan (2003), Pessoa (2019), e os marcos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996 a Conferência de Salamanca (1994) e Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015. Os principais resultados apontam que apesar dos avanços nas políticas públicas e na conscientização acerca dos direitos de pessoas com deficiência, ainda há barreiras dentro do ambiente escolar que precisam ser revistas e refletidas. A pesquisa conclui que não basta a inserção de Pessoas com Deficiência nos ambientes educacionais, mas que deva haver um compromisso de adaptação de espaços, formação de profissionais qualificados e compromisso coletivo que valorize a diversidade e promova a equidade e de fato a inclusão. O estudo revela a importância da Associação Pestalozzi, visto que, a instituição está empenhada em trabalhar a inclusão, adaptações e sociabilização de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Direitos Humanos.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciência Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências de Codó, jvs.chagas@discente.ufma.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciência Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências de Codó, salazar.milena@discente.ufma.br;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciência Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências de Codó, amorimalmeida7823@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciência Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências de Codó, vitoria.carla@discente.ufma.br;

⁵ Professora Orientadora: Mestra em Educação, Docente no Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências de Codó, tercilia.mcs@ufma.br.



INTRODUÇÃO

Na antiguidade, era medieval e moderna, as pessoas que possuíam algum tipo de limitação viviam às margens da sociedade, escondidos em suas casas. Sua condição física/mental às vezes os afastava de uma vida em sociedade por vontade de seus familiares ou até mesmo por serem considerados inferiores e diferentes. Na contemporaneidade, com os movimentos sociais e os avanços dos direitos civis, pessoas com deficiências foram cada vez mais incorporadas nos diversos ambientes da sociedade. Quando parte para o âmbito da educação, esses indivíduos conquistaram o direito de serem inseridos nas salas de aula de ensino regular e eliminar a segregação escolar, porém, inserir não foi/é o suficiente para que a educação seja de fato inclusiva.

Este artigo surge a partir da proposta de atividades realizadas no componente curricular "Educação para a Diversidade", do curso de Ciências Humanas/História, ministrado pela professora Ma. Tercília Silva, que buscou trabalhar a educação especial na perspectiva inclusiva de forma aprofundada em sala de aula. Desta maneira, a presente pesquisa surge da necessidade de entender como a Educação Especial, na perspectiva inclusiva estava sendo desenvolvida no município de Codó-MA, a partir do trabalho que a Associação Pestalozzi representa no âmbito da educação inclusiva.

O estudo se justifica pela necessidade de entender como a educação inclusiva vem sendo desenvolvida em âmbito municipal, compreendendo o que a Lei 13.146/2015, em seu Art. 1º informa: "é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania".

Apesar dos grandes avanços nos direitos de pessoas com deficiências dentro da sociedade brasileira, é perceptível que ainda há muitas dessas pessoas que não estão inseridas, ou integradas da maneira correta, dentro do contexto escolar. É observado baixas nos números de profissionais com formações especializadas, destaca-se também as com estruturas físicas das escolas, principalmente as de ensino público, que muitas não possuem acessibilidade para receber alunos com deficiência, ou falta de debates, informações e projetos que trabalhassem de forma detalhada a temática para os mais diversos níveis de ensino nas salas de aula. Portanto, justifica-se que a realização deste estudo parte da relevância do tema para a sociedade e para educação brasileira, em seus



três níveis - municipal, estadual e federal -, especialmente em um momento de constante evolução nas políticas públicas de inclusão e ensino.

O objetivo principal desta pesquisa está construído na necessidade de promover um espaço de diálogo e reflexão acerca da educação inclusiva, com ênfase na diversidade e nos interesses específicos de pessoas com deficiências (PcD's). Temos como objetivos específicos: a) discutir os conceitos de Educação Especial e Inclusiva e suas diferentes manifestações no contexto escolar; b) Entender como é realizado o atendimento educacional na Associação Pestalozzi de Codó; c) Analisar as contribuições da Associação Pestalozzi com vistas a práticas de educação inclusiva.

O trabalho buscou levar a história e a dedicação da Escola Pestalozzi de Codó, com a finalidade de contribuir e servir como receptáculo de transmissão para o trabalho que esta instituição tem com as pessoas com deficiências presente na cidade de Codó, que está a buscar por melhoria de uma educação mais inclusiva para essas pessoas nos espaços de aprendizagem e nos mais diversos ambientes sociais.

METODOLOGIA

Este trabalho surgiu através da importância e necessidade de compreender os processos de inclusão, principalmente, no âmbito da educação especial. Sendo assim, em primeiro momento, fez-se um levantamento de ambientes que poderiam servir como importantes fontes de pesquisas sobre a temática. A Associação Pestalozzi de Codó acabou por ser escolhida e tornar-se o campo desta pesquisa.

Para compreender melhor sobre o assunto, fez-se um levantamento bibliográfico que, conforme Gil (2002) é o tipo de pesquisa que formulada e baseada em um material já elaborado e estudado por outros autores e cientistas da área desejada, sendo constituída, em especial, por livros e artigos científicos, servindo para obter e ampliar o grau de conhecimento sobre o tema. Esse momento buscou aprimorar o referencial teórico, permitindo assim avançar para o próximo passo da pesquisa: a elaboração de um questionário. Outro meio de investigação adotado, para complementar a elaboração do trabalho, foi a pesquisa de campo, que permitiu observar de perto a estruturação da Escola Pestalozzi de Codó, ajudando a compreender como ocorre a inclusão de alunos com deficiências na educação codoense, seja apenas na instituição ou juntamente ao ensino básico regular.



A partir disso, como mencionado acima, foi necessário a produção de um questionário que ajudou na condução da entrevista aplicada com a diretora da Associação. O questionário foi construído com dezesseis questões, abertas que serviram para extrair o máximo de informações. Dessa forma, este trabalho pode ser descrito como qualitativo pois serviu para "[...] captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências." (Oliveira, 2011, p.24). Assim, focando em analisar e interpretar a perspectiva e colaboração que a Associação Pestalozzi de Codó carrega ao trabalhar a educação especial na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiências no ambiente escolar e social.

REFERENCIAL TEÓRICO

É importante compreender que historicamente, o tratamento dado às Pessoas com Deficiência passou por quatro fases diferentes: a de exclusão, segregação, integração e inclusão. Neto et.al (2018) caracteriza cada uma dessas fases, compreendendo o período histórico que antecede o século XIX até os dias atuais.

De acordo com Fonseca (2003, p. 72), “nas sociedades antigas era normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças”. O que mais a frente foi condenada pela Igreja, que passa a atribuir as pessoas com deficiência às causas sobrenaturais, castigos ou punições em decorrência de pecados cometidos. Com os avanços da Medicina, surgiu a noção patológica, e então as pessoas com deficiência passam a ser vistas, porém, excluídas dos espaços sociais.

A fase de segregação marca o período em que são pensadas escolas especiais para o atendimento por diferentes etiologias: pessoas com cegueira, surdez, com deficiência física, intelectual etc. A integração, terceira fase que compreende a segunda metade do século XX, as pessoas com deficiência passam a ser matriculadas nas escolas de ensino regular, porém, devem se adaptar ao meio, e não o contrário. Segundo Mantoan (2003, p. 15), atualmente:

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes.



A última fase, que é considerada de inclusão de todas as pessoas na classe regular e a proposta de eliminar os programas paralelos de educação especial e realizar atendimento educacional especializado nas escolas de ensino regulares. Desse modo, compreende-se que:

A perspectiva de Educação Inclusiva é mais do que exclusivamente a ideia de disponibilizar as crianças com necessidades especiais um espaço em sala de aula e fazendo deles apenas observadores, é visar o atender as necessidades particular de cada aluno, buscando sempre ensinar o partilhar de experiências e saberes, reconhecendo o outro com suas diversas características. (Pessoa , 2019, p.12)

A perspectiva da educação ao longo da vida, começando na educação infantil e estendendo-se até a preparação para o trabalho, é contemplada tanto na Declaração de Salamanca quanto na Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, evidenciando uma visão integral do desenvolvimento humano. A primeira, promulgada em 1994 pela UNESCO, é um documento resultado da Conferência Mundial de Educação Especial representou um fator fundamental na construção de políticas públicas voltadas à educação inclusiva na área internacional. O documento ressalta que toda criança possui direito fundamental à educação, reconhecendo que cada pessoa apresenta características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), representa um divisor de águas na legislação educacional brasileira. O Capítulo V da Lei, especialmente dedicado à Educação Especial, estabelece fundamentos legais para o atendimento na educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O parágrafo 1º do Art.58 estabelece que "haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial". Este dispositivo reconhece a necessidade de suporte específico dentro do ambiente escolar comum, garantindo que os estudantes com necessidades especiais recebam o acompanhamento adequado sem serem segregados do convívio com os demais alunos.

A Declaração de Salamanca e a LDB de 1996 representam marcos históricos importantes para a construção de sistemas educacionais mais inclusivos e equitativos. Enquanto a Declaração estabelece princípios e diretrizes internacionais, a LDB os transpõe para a realidade jurídica brasileira, criando obrigações concretas para o Estado e para os sistemas de ensino. A compreensão desses documentos é necessário para



profissionais da educação, gestores e formuladores de políticas públicas comprometidos com a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

Ademais, apesar dos avanços legislativos que envolveram a inclusão dos alunos com deficiências no ambiente escolar, é ainda notado uma grande evasão escolar. Isto que, muitas escolas ainda estão no progresso de apenas integrar estas pessoas, em alguns casos ignorando, anulando ou marginalizando as diferentes contextualizações sociais. Para Mantoan (2003, p. 18),

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social — alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos.

Dessa maneira, a necessidade maior vai além de integrar, estar no ato de incluir e adaptar os cenários. Contudo, é importante entender o que Mantoan (2003) trabalha na dualidade desses dois conceitos, onde o primeiro compreende que os alunos da educação especial devem se habituar as exigências da escola, uma visão que pode ser entendida na perspectiva de que para estarem no ensino regular suas necessidades devem se enquadrar no ambiente educacional e não o contrário.

Esse pensamento contribuiu para a criação dos movimentos de inclusão, estes, em contrapartida ao primeiro, irão abordar uma proposta de organização educacional voltada as necessidades de todos os alunos, adaptando as escolas para que todos, sem exceção, possuíssem uma educação de qualidade, que todos tenham as mesmas oportunidades de aprender e sem sofrerem quaisquer discriminação que seja.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como ponto de discursão, o trabalho permitiu compreender e abordar as questões que envolvem a educação especial na perspectiva inclusiva, ao apresentar o trabalho desenvolvido na Associação Pestalozzi de Codó. É importante destacar as falta de informações sobre o trabalho desenvolvido na Escola Pestalozzi reproduz-se como “mistificações” que lhe são atribuídas, levantam questões de preconceito e capacistimos. A princípio, a falta de visibilidade se dá ao fato de que mesmo localizada no centro da cidade, na principal avenida e em frente de uma das principais escola da rede estadual, os próprios cidadãos não conseguem apontar a sua localização no mapa, requerendo muitas vezes a utilização de dispositivos móveis. Em contrapartida, há o “miticismo” ao se referir



a escola, pois no conhecimento popular a instituição está ligada diretamente a pessoas “doidas” e “loucas”, assim percebe-se que a associam diretamente aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

O trabalho então, leva a necessidade de entender e analisar o trabalho desenvolvido na Associação, e o seu papel para com a sociedade codoense. Com base no questionário aplicado e condução da entrevista, foi possível perceber a carência de divulgação de informações quando se trata de sua história e função, visto que, apenas se inserindo no ambiente que há possibilidade de conhecê-la.

Sob esta perspectiva, é importante salientar que a instituição, mesmo não sendo um órgão governamental, possui parceria com a prefeitura municipal e com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio de projetos que são desenvolvidos em parceria entre a universidade e a associação. Isso levanta o debate que pouco se é divulgado sobre o trabalho, apesar de haver eventos realizados em conjunto, ainda é perceptível um grande desfalque e apagamento quando se trata em conhecer o trabalho desenvolvido pelos/as profissionais atuantes na associação.

Ademais, no ato da entrevista foi possível visualizar o papel importante que a Escola Pestalozzi desenvolve em nosso município com vistas ao atendimento de Pessoas com deficiência e quando se trata de olhar para a educação especial em uma perspectiva inclusiva. O atendimento oferecido pela instituição está fundamentado nos princípios da educação inclusiva, que conforme Montoan (2003, p. 25) “implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas diz respeito a todos os alunos”.

Portanto, o diálogo com a gestora abriu espaço para compreender, não só a diversidade que permeia as salas de aula, como também informações sobre como são desenvolvidas as atividades de ensino, as adaptações estruturais de acessibilidade, a formação do corpo docente e especializado (professores, profissionais da saúde e administrativos) e relatos de experiências – que deu um peso para saber como é vivido os processos de integração, capacitismo e preconceito que estes indivíduos passam/passaram em ambientes escolares.

Com o intuito de aprender e ressignificar o pensamento sobre a Pestalozzi de Codó, houve a realização de uma entrevista com a gestão da instituição, esta que por meio de um questionário apresentou algumas informações e características da estrutura física do ambiente, sobre os/as profissionais e os alunos que estão matriculados.



No seguinte quadro encontram-se as questões que foram levantadas na entrevista que tivemos com a gestora durante a visita na Associação Pestatlozzi, na cidade de CodóMA.

Quadro 1. Entrevista semi-estruturada.

1 - Quais são os departamentos e equipes que compõem a escola?
2 - Quais são os tipos de deficiência que a escola atende?
3 - Como é feita a adaptação do currículo para atender às necessidades dos alunos com deficiência?
4 - Como é feita a capacitação e formação dos professores e funcionários?
5 - Quais são as responsabilidades e funções dos professores e funcionários?
6 - Como é feita a avaliação do progresso dos alunos?
7 - Há uma separação das turmas por conta das deficiências de cada aluno?
8 - Existem recursos de acessibilidade, como legendas, audiodescrição ou intérpretes de libras?
9 - Como deve ser a comunicação com os participantes PCD antes, durante e após a atividade?
10 - Existem recursos de comunicação acessíveis, como materiais em braile ou em formato digital?
11 - Quais são as barreiras potenciais que podem impedir a participação de PCD em determinada atividade?
12 - Quais são as estratégias para garantir a compreensão e a participação ativa de PCD?
13 - Quais são os recursos necessários para garantir a acessibilidade da atividade (por exemplo, equipamentos de acessibilidade)?
14 - Como planejar atividades e avaliar a aprendizagem dos alunos com deficiência?
15 - Quais as diferenças entre sala de recursos e o apoio pedagógico?
16 - Como funciona o Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

Fonte: Produzido pelos pesquisadores

Como explicitado, o questionário contou com dezesseis questões abertas, que intermediaram o diálogo com a gestora. Não obtivemos respostas para algumas das questões, mas houve o acréscimo de relatos de experiências vivenciados com alguns de seus alunos. Dentre as questões levantadas, nos chamou a atenção quanto a adaptação do currículo para os alunos, onde a gestora declara:

Cada aluno é singular, cada aluno traz uma carga de casa, cada um tem suas limitações e sua deficiência, o currículo é o mesmo, porém com adaptações para cada tipo de deficiência. Com os deficientes visuais os professores trabalham com braile, com os deficientes auditivos os professores trabalham com libras, com os deficientes intelectuais são usadas várias estratégias para atingir o objetivo na questão de alfabetização e letramento (Gestora, 03 de fevereiro de 2025).

Esse trecho ressalta o comprometimento em incluir cada aluno com deficiência, levando em consideração suas especificidades. De acordo com a gestora, há o acompanhamento dos alunos surdos com professores de Libras por exemplo ou



teurapeutas da saúde que ajudam os alunos com deficiências motora ou intelectual na questão de manuseio e adaptações dos materiais escolares para um melhor desenvolvimento, dentre outras. Mantoan (2023, p.24) destaca que “a inclusão escolar prevê, portanto, situações de ensino e aprendizagem diferentes das que a escola tradicionalmente ofereceu e que implicam em novos posicionamento dos professores”. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela Pestalozzi de Codó exemplifica essa mudança de posicionamento ao estruturar um atendimento que considera as especificidades de cada deficiência, oferecendo recursos pedagógicos diversificados e estratégias metodológicas adaptadas às necessidades individuais dos estudantes.

A entrevista ainda traz que a Associação está sempre buscando o qualitativo, no qual seu professores estão a buscar pelo avanços nas atividades diárias dos alunos, ensinando-os a conviver nos ambientes do ensino regular e da sociedade, inclusive incentivando as famílias a manterem o estudante no ensino regular. Essa afirmação é confirmada quando nos é relatado que alguns alunos possuem duas matrículas: uma na Escola Pestalozzi e outra no ensino regular, em contraturnos. Dessa maneira, a Pestalozzi continua oferecendo apoio e assistência aos alunos, visto que, muitas das vezes eles não conseguem se adaptar ou não são incluídos adequadamente.

Portanto, os relatos compartilhados pela gestora evidenciam tanto casos de sucesso quanto situações que revelam as barreiras ainda existentes no caminho da inclusão. Conhecemos relatos de alunos que se destacaram, como por exemplo, um que se graduou como o primeiro aluno surdo formado pela Universidade Federal do Piauí, este que trilhou sua história na instituição. Porém, houve aqueles que o preconceito e a falta de conhecimento os acompanharam até o ensino regular, como por exemplo um aluno com surdez parcial que reprovou por falta por não responder à chamada. É notório que ainda há muita integração e pouca inclusão de fato nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal promover um espaço de diálogo e reflexão acerca da educação inclusiva, com ênfase na diversidade e nos interesses específicos de Pessoas com Deficiência (PcD), tendo como campo de pesquisa a Associação Pestalozzi de Codó. Ao final desta investigação, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados, proporcionando uma compreensão aprofundada



sobre os desafios e avanços da Educação Especial na perspectiva inclusiva no município de Codó/MA.

O primeiro objetivo específico, que visava discutir os conceitos de Educação Especial e Inclusiva e suas diferentes manifestações no contexto escolar, foi plenamente atendido por meio do referencial teórico construído. O segundo objetivo focando em entender como é realizado o atendimento educacional foi atendido ao analisar o trabalho desenvolvido pela Associação Pestalozzi de Codó. Buscamos ainda analisar as contribuições da Associação com vistas as práticas de educação inclusiva, destacando o trabalho importante realizado na inclusão de Pessoas com Deficiência em Codó, oferecendo não apenas atendimento educacional especializado, mas também apoio aos estudantes que frequentam o ensino regular, funcionando como ponte entre a educação Especial e a educação Inclusiva.

O trabalho revelou que há uma distinção fundamental entre integração e inclusão. Enquanto a primeira pressupõe que o estudante deve se adaptar às exigências da escola, a segunda demanda que a escola se adapte às necessidades de todos os seus alunos. Os relatos coletados durante a pesquisa exemplificam essa diferença: de um lado, casos de sucesso como o do primeiro estudante surdo formado pela Universidade Federal do Piauí, que demonstram o potencial da educação inclusiva quando bem implementada; de outro, situações de exclusão, como o caso do aluno com surdez parcial que reprovou por não responder à chamada, evidenciando o quanto ainda há que avançar.

Por fim, concluiu-se que, esta pesquisa proporcionou um conhecimento acerca da Associação Pestalozzi de Codó, que atua no município a mais de quatro décadas, com trabalhos, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a prefeitura municipal. Entretanto, apesar de carregar uma longa história no município, ainda carece de visibilidade e de conhecimento, com sua jornada sendo carregada de “misticismo” e capacitismo. Assim, a Associação Pestalozzi de Codó é uma organização sem fins lucrativos que visa promover a inclusão e o desenvolvimento de Pessoas Com Deficiência (PcD) em Codó. Acredita-se que a discussão sobre educação para diversidade, Educação Especial e Inclusão é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de dez.1996.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. – 3. ed. – Brasília: **Senado Federal**, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 50 p

FERREIRA, Estela Costa. **Refletindo sobre a inclusão escolar: O que é capacitismo?** Revista Científic@ Universitas, Itajubá v.10, n.1, p.146 -157, 2023, ISSN Eletrônico: 2175-4020

FONSECA, Vitor. (2003). **Educação Especial** – Artes Médicas, Porto Alegre, 1987. Guimarães, A. Inclusão que funciona. Revista Nova Escola, São Paulo, p.4347, set.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projeto de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. – 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

NETO, Antenor de Oliveira Silva. et. al. **Educação inclusiva: uma escola para todos.** Revista Educação Especial, vol. 31, núm. 60, 2018, Enero-Marzo, pp. 81-92. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Brasil.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011.

PESSOA, Daniela da Silva. **Educação inclusiva e especial: as contribuições da Associação Pestalozzi para a cidade de Codó - MA** / Daniela da Silva Pessoa. - 2019. 33f.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994

